

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.888 - ES (2019/0363366-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : MICHELLE NASCIMENTO DEBS**  
**AGRAVANTE : EDSON RABELO DE MORAIS**  
**ADVOGADO : ANDRÉ EMERICK PADILHA BUSSINGER - ES011821**  
**AGRAVANTE : FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A**  
**ADVOGADOS : GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES - MG031817**  
**MARCOS CAMPOS DE PINHO RESENDE - MG075387**  
**AGATHA PATRICIO MACHADO - ES019464**  
**MARIANNA SAAR SILVA - MG147738**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**  
**AGRAVADO : ANTONIO NARCISO DOS REIS**  
**ADVOGADO : RODRIGO FRANCISQUINI GONCALVES SANTOS -**  
**MG107790**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por MICHELE NASCIMENTO DEBS E OUTRO, em face de decisão acostada às fls. 1272/1273, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelos ora agravantes.

O apelo extremo fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 1079/11127, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado (fls. 1085/1088, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DOIS APELOS INTERPOSTOS PELO RÉU ANTÔNIO NARCISO DOS REIS - NÃO CONHECIMENTO DE AMBOS - RECURSO INTERPOSTO PELA REQUERIDA FIDENS ENGENHARIA S/A - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS - PRESCRIÇÃO - INTERRUPTÃO COM A CITAÇÃO DO DEVEDOR QUE RETROAGE À DATA DO AJUIZAMENTO - PREJUDICIAL AFASTADA - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA DA EMPRESA REQUERIDA DEMONSTRADA - DANOS MORAIS E MATERIAIS COMPROVADOS - *QUANTUM* RAZOÁVEL - DANOS ESTÉTICOS - EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO AUTOR EDSON RABELO DE MORAIS - PENSIONAMENTO MENSAL - AUSÊNCIA DE PROVA DA RENDA DA VÍTIMA - FIXAÇÃO EM UM SALÁRIO MÍNIMO - PRECEDENTES DO STJ - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA - PENSÃO CIVIL - CUMULAÇÃO COM OUTRO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - POSSIBILIDADE - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL - OBSERVÂNCIA DO ART. 533, DO CPC/15 - REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO DA REQUERIDA FIDENS ENGENHARIA S/A PARCIALMENTE PROVIDO.

1) É por todos sabido que o Princípio da Unirrecorribilidade veda a apresentação de dois recursos pela mesma parte litigante contra o mesmo pronunciamento judicial, de forma que, em razão da preclusão consumativa, o segundo recurso deve ser inadmitido.

- 2) O Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que é incabível o recurso composto apenas de assinatura escaneada, já que além de não preencher requisito formal de admissibilidade, é tido como recurso sem assinatura, porquanto não há garantia em relação à sua autenticidade.
- 3) A citação válida tem o condão de interromper a prescrição retroagindo à data da propositura da ação, a teor do que dispõe o art. 219, § 1º do CPC/73.
- 4) Analisando detidamente a dinâmica dos fatos narrados na exordial, restou categoricamente demonstrada a culpa da empresa apelante no evento descrito na inicial, quer seja porque o corréu atuava como preposto da presente apelante, quer seja pela falta do dever geral de cuidado, ao deixar de sinalizar devidamente o trecho da rodovia que se encontrava em obras.
- 5) Consequentemente, não há que se falar em culpa concorrente, já que, diante das provas colhidas nos autos, restou demonstrado que os únicos responsáveis pelos fatos foram os requeridos.
- 6) O dano moral é dano extrapatrimonial, podendo ser definido por exclusão como o dano que não afeta o patrimônio material do ofendido, mas atinge o mesmo como ser humano.
- 7) O dano estético é a lesão a um direito à personalidade, qual seja, a integridade física, especialmente na aparência externa. A doutrina evoluiu no sentido de permitir a caracterização do dano estético como forma de dano patrimonial e moral, dando-lhe característica híbrida.
- 8) Apesar de não ter dúvidas quanto ao reconhecimento dos danos estéticos em favor da recorrida Michele Nascimento Debs, diante das graves lesões provocadas pelo acidente automobilístico, não há como reconhecer esse mesmo direito ao apelando Edson Rabelo de Moraes, uma vez que não se encontrava dentro do veículo no dia dos fatos, não tendo, por isso, o ato ilícito narrado nos autos provocado qualquer sequela física no referido apelado.
- 9) O *quantum* indenizatório deve ser fixado de maneira proporcional para que não ocorra o enriquecimento indevido do ofendido, levando-se em consideração, ainda, as circunstâncias do caso concreto, as condições socioeconômicas das partes envolvidas e os critérios ressarcitório, punitivo, repressivo e preventivo.
- 10) Não havendo nos autos prova efetiva da renda mensal que então auferia a vítima, o pensionamento deve ser estabelecido em um salário mínimo, entendimento pacífico na jurisprudência do Colendo STJ.
- 11) A incidência de correção monetária e de juros legais nos casos de pensão vitalícia deverá ocorrer a partir do vencimento de cada parcela.
- 12) O fato da vítima supostamente receber aposentadoria por invalidez, auxílio doença ou qualquer outro benefício recebido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não afasta o arbitramento de pensão alimentícia de índole cível a teor da interativa jurisprudência do STJ.
- 13) A despeito da situação financeira da apelante - que aparenta ser hígida -, o pagamento da pensão deve ser garantido mediante a constituição de capital (art. 533, do CPC/15 e Súmula nº 313 do STJ), podendo tal medida ser substituída, desde que autorizado pelo juiz da execução, pela inclusão da apelada em folha de pagamento (§ 2º do art. 533, daquele mesmo diploma legal).
- 14) Com a reforma parcial da r. sentença impugnada, a redistribuição dos ônus sucumbenciais deve ser realizada de forma proporcional ao decaimento das partes.
- 15) Recursos interpostos pelo requerido Antônio Nascimento dos Reis não conhecidos. Apelo da requerida Fidens Engenharia S/A conhecido e

parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração (fls. 1130/1135, e-STJ), estes foram parcialmente acolhidos para redistribuição dos ônus sucumbenciais (fls. 1151/1174, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1234/1245, e-STJ), os insurgentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação ao artigo 950 do Código Civil, ao argumento de que a pensão mensal deve ser o suficiente ao custeio do tratamento médico a que a parte ora recorrente está compelida arcar mensal e continuamente em razão do acidente de que foi vítima.

Contrarrazões às fls. 1253/1263, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 1272/1273, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Irresignados, interpuseram o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acosta às fls. 1278/1282, e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1305/1309, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não** merece prosperar.

**1.** Inicialmente, cabe asseverar a ocorrência de deficiência na fundamentação do recurso especial. Isso porque os recorrentes deixaram de indicar o dispositivo constitucional em que fundamentado o apelo extremo, fato que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF, POR ANALOGIA. SUBMISSÃO DOS AGENTES POLÍTICOS À LEI 8.429/1992.

1. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado da Paraíba contra Antonio Mendonça Coutinho Filho, por ato de improbidade administrativa consubstanciado em irregularidades na prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Massaranduba/PB, com base no processo TC nº 02481/07, oriundo do Tribunal de Contas da Paraíba.

**2. Conforme consignado no decisor, o insurgente não indicou a alínea do permissivo constitucional embasador do inconformismo, o que denota deficiência na fundamentação recursal, atraindo a Súmula 284/STF, do seguinte teor: "É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia." Nesse sentido: AgRg no AREsp 647.464/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 23.3.2015.**

3. Além disso, o Recurso Especial não indica dispositivo de lei federal

acerca do qual o Tribunal de origem teria adotado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. Dessa forma, verifica-se a deficiência da motivação. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Por fim, mesmo que superados estes óbices, cabe ressaltar que a jurisprudência do STJ encontra-se consolidada no sentido de que não há incompatibilidade alguma entre o Decreto-Lei 201/1967 e a LIA, razão pela qual os prefeitos se sujeitam a ambos os regimes jurídicos de responsabilização. Precedentes: AgRg no REsp 1.513.451/CE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26.6.2015 e AgRg no AREsp 447.251/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 20.2.2015.

6. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 551.606/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 03/02/2016)

2. Ademais, constata-se que, quanto à alegada afronta ao artigo 950 do Código Civil, em que a demandante aduz que a pensão mensal deve ser o suficiente ao custeio do tratamento médico a que a parte ora recorrente está compelida a arcar mensal e continuamente em razão do acidente de que fora vítima, a Corte de origem decidiu em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, que se posiciona no sentido de que, não havendo comprovação de atividade laborativa remunerada, o pensionamento deve ser fixado em 01 (um) salário mínimo mensal.

Nesse sentido, confira-se:

RECURSO ESPECIAL: RESPONSABILIDADE CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973 NÃO VIOLADO. RESPONSABILIDADE POR ATO DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PREPOSIÇÃO. SUBORDINAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **PENSÃO MENSAL. VALOR ARBITRADO.** CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. NECESSIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. 1.(...). 7. **O pensionamento mensal devido à viúva deve ser fixado com base na renda auferida pela vítima no momento da ocorrência do ato ilícito, devidamente comprovada. Não comprovado o exercício de atividade laborativa remunerada, o seu valor deve ser estabelecido em reais, equivalente a um salário mínimo e pago mensalmente.** 8. No caso analisado, ficou demonstrada declaração do falecido de renda mensal de R\$ 1.961,00 (mil novecentos e sessenta e um reais) para o ano 2000, anterior ao falecimento, sendo assim fixada a pensão, nos termos da jurisprudência. 9. (...) 13. Recurso especial parcialmente provido e agravo em recurso especial provido. (REsp 1.428.206/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02.02.2017, DJe 16.03.2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. PENSÃO MENSAL. RENDA NÃO COMPROVADA. SALÁRIO MÍNIMO. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE.

1. A reforma do julgado demandaria reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte encontra-se consolidada no mesmo rumo do entendimento adotado pelo acórdão recorrido, no sentido de que é devida pensão mensal ao filho menor, pela morte de genitor, no valor do salário mínimo caso não comprovada a renda.

3. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 564.618/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 12/03/2015)

RECURSOS ESPECIAIS - RESPONSABILIDADE CIVIL - ALUNA BALEADA EM CAMPUS DE UNIVERSIDADE - DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS - ALEGAÇÃO DE DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CONSISTENTE EM GARANTIA DE SEGURANÇA NO CAMPUS RECONHECIDO COM FATOS FIRMADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM - FIXAÇÃO - DANOS MORAIS EM R\$ 400.000,00 E ESTÉTICOS EM R\$ 200.000,00 - RAZOABILIDADE, NO CASO - **PENSIONAMENTO MENSAL - ATIVIDADE REMUNERADA NÃO COMPROVADA - SALÁRIO MÍNIMO** - SOBREVIVÊNCIA DA VÍTIMA - PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA - INVIABILIDADE - DESPESAS MÉDICAS - DANOS MATERIAIS - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - JUROS MORATÓRIOS - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - DANOS MORAIS INDIRETOS OU REFLEXOS - PAIS E IRMÃOS DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL - TRATAMENTO PSICOLÓGICO - APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.- (...). **3.- A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a pensão mensal deve ser fixada tomando-se por base a renda auferida pela vítima no momento da ocorrência do ato ilícito. No caso, não restou comprovado o exercício de atividade laborativa remunerada, razão pela qual a pensão deve ser fixada em valor em reais equivalente a um salário mínimo e paga mensalmente.** 4.- (...). 10.- Recurso Especial da ré provido em parte, tão-somente para afastar a constituição de capital, e Recurso Especial dos autores improvido. (REsp 876.448/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17.06.2010, DJe 221.09.2010).

A Corte de origem, quanto ao ponto, consignou (fls. 1115/1116, e-STJ):

Com relação ao pensionamento, a apelante, além de questionar o seu descabimento, pleiteia, eventualmente, a redução da quantia arbitrada e, finalmente, o abatimento do valor porventura recebido pelo INSS.

Quanto a esse ponto, entendo que merece ser parcialmente acolhido.

Apesar de reconhecer que a prova testemunhal foi no sentido de afirmar que a requerente trabalhava como Executiva de Contas da TAM (fl. 361), **não há ao menos nestes autos, qualquer prova ou menos indícios de que a vítima desenvolvia atividade remunerada.**

E, sendo assim, não havendo nos autos prova efetiva da renda mensal que então auferia a vítima MICHELE, **o pensionamento deve ser estabelecido em um salário mínimo**, entendimento pacífico na jurisprudência do Colendo STJ:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Portanto, o acórdão recorrido, no ponto, encontra-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Casa, o que atrai a incidência da Súmula 83 desta Corte, aplicável por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

**3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator